

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA INSTITUTO BRUSQUENSE DE PREVIDÊNCIA - IBPREV

2022

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito Municipal

GILMAR DOERNER

Vice-Prefeito Municipal

DIRETORIA EXECUTIVA

HUMBERTO MARTINS FORNARI – Diretor-Presidente

DANTES KRIEGER FILHO – Diretor-Geral

CONSELHO ADMINISTRATIVO

HUMBERTO MARTINS FORNARI – Presidente

JEFFERSON SILVEIRA – Secretário

CONSELHO FISCAL

CINTIA R. DAMO BERTOLI DIEGOLI – Presidente

Membros Titulares

JANETE RODRIGUES DA SILVA OURIQUES

JOEL DA SILVA BONFIM

MARIA LUISA FAGUNDES GHISLANDI

PRECILA ANDRADE TADIOTTO VILLAR

PRISCILA SALAZAR DAUER FAGUNDES

RAFAEL SCHEIBEL DE ANDRADE

SÍLVIA MARIA FERREIRA

Membros Suplentes

ADEMIR JOSÉ MORAES

CLEBER DA SILVA ANDRE

CRISTIANO DE OLIVEIRA GOULART

GUILHERME BOEING OURIQUES

JIANE MARA DE MELO HEIL

SILVANA PEREIRA BEUTING

VILSON CÉSAR BERNARDINELLI

Membros Titulares

CARLOS HENRIQUE WEHMUTH

HELENA GROSS

JOSÉ GERMANO MONTIBELLER

PEDRO AFONSO HOFFMANN

Membros Suplentes

ANELISE CARDOSO

BEATRIZ FERNANDES BELILLA

ELAINE CALIXTO

ROSE MARIE ULRICH

SINÉSIO JACOMOSSO

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JR

ERNANI BOLOGNINI

FABRÍCIA REGINA IMHOF LAPOLLI

Brusque/SC, 2023.

1. Estrutura Administrativa

1.1 Rol dos Responsáveis:

	Nome	CPF	Cargo/ Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	E-mail
Dirigente Máximo da Entidade:	Humberto Martins Fornari	444.376.680-49	Diretor-Presidente	01/01/2021 a 31/12/2021	Portaria nº 13.587 de 01/01/2021.	Em Exercício	Rua Nereu Ramos, 700 – Jardim Maluche – Brusque/SC	fornarihm@gmail.com
Ordenadores de Despesa:	Humberto Martins Fornari	444.376.680-49	Diretor-Presidente	01/01/2021 a 31/12/2021	Portaria nº 13.587 de 01/01/2021.	Em Exercício	Rua Nereu Ramos, 700 – Jardim Maluche – Brusque/SC	fornarihm@gmail.com
Responsáveis pela Arrecadação de Receitas:	Humberto Martins Fornari	444.376.680-49	Diretor-Presidente	01/01/2021 a 31/12/2021	Portaria nº 13.587 de 01/01/2021.	Em Exercício	Rua Nereu Ramos, 700 – Jardim Maluche – Brusque/SC	fornarihm@gmail.com

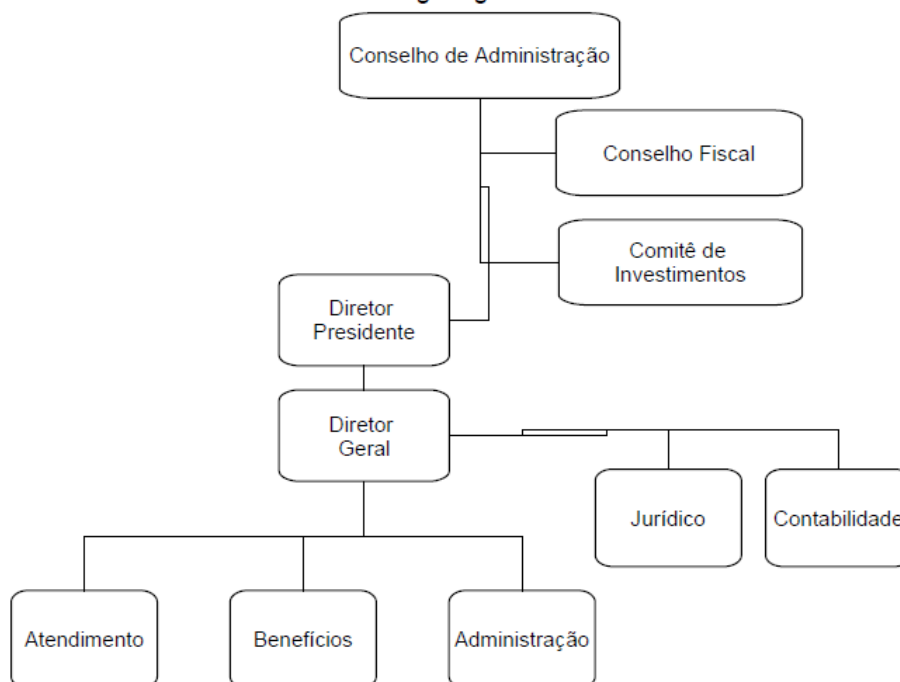
1.2 Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

ORGANOGRAMA IBPREV



1.3 Estrutura organizacional estendida por segregação das atividades:

Segregação das Atividades Organograma



1.4 Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, foi instituído pela Lei Complementar nº 174 de 20 de setembro de 2011 e alterações; com a finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores efetivos públicos municipais do município de Brusque/SC, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

- I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, e morte; e
- II - proteção à família.

1.5 Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas:

Ativos: 9 servidores, destes sendo 7 efetivos.

Aposentados: Plano Financeiro 120
Plano Previdenciário 301

Pensionistas: Plano Financeiro 60
Plano Previdenciário 41

2. Das ações

2.1. Área Administrativa

2.2. Área Arrecadação

2.2.1. Controle de Repasse de Contribuições e Aportes

A tabela a seguir apresenta os valores referentes as contribuições e aportes arrecadados no exercício, detalhados por entidade:

2022 ÓRGÃO	ACUMULADO ANO		
	PATRONAL		SERVIDOR
	N (16,00%)*	APORTE	14%*
Câmara	345.909,76	157.976,73	302.670,18
Fundação Cultural	126.690,76	57.129,45	110.802,64
Zoobotânico	100.356,81	47.371,56	87.812,18
Fundação de Esportes	20.914,60	9.562,65	18.300,31
Fundema	58.947,29	26.004,61	52.307,36
lbplan	241.380,52	111.369,19	211.208,07
Assistência Social	499.931,71	230.882,81	436.265,94
Prefeitura	11.141.344,94	5.010.358,95	9.746.842,88
Saúde	5.641.082,44	2.525.714,58	4.916.890,37
Samae	1.024.165,08	499.687,86	892.652,04
lbprev	137.417,52	58.966,78	118.117,02
Cedido ou Licenciado	11.955,41		10.460,99
Total Ativos	19.350.096,84	8.735.025,17	16.904.329,98
Aposentados			735.484,78
Pensionistas			55.662,75
Total Inativos			791.147,53
Facultativos ¹ (PRECATÓRIO)			493.737,27
Total Outros			493.737,27
TOTAL GERAL	19.350.096,84	8.735.025,17	18.189.214,78

2.2.2. Remuneração dos Recursos Investidos

O quadro abaixo demonstra o resultado da rentabilidade da carteira de investimentos no exercício, o qual apresentou uma rentabilidade anual de 5,18%:

	ACUMULADO ANO							
	2021				2022			
	\$	%	Posição	Saldo	\$	%	Posição	Saldo
Rendimentos Aplicações Financeiras:	3.799.712,78	1,92%	100,00%	203.869.782,68	11.144.800,97	5,18%	100,00%	230.184.077,94
Fundos de Investimentos – Renda Fixa	1.694.775,71				16.118.526,85			
Remuneração Investimentos RPPS	1.694.775,71	1,08%	77,56%	158.116.427,96	16.118.526,85	9,30%	82,28%	189.404.449,10
Aplicação / Resgate	4.376.583,10				15.169.494,29			
Fundos de Investimentos – Renda Variável	2.104.937,07				(4.973.725,88)			
Remuneração Investimentos RPPS	2.104.937,07	4,60%	22,44%	45.753.354,72	(4.973.725,88)	-10,87%	17,72%	40.779.628,84
Aplicação / Resgate	21.664.477,47				-			
Disponibilidade Financeira				94.846,52				6.857.080,45
Saldo Financeiro				203.964.629,20				237.041.158,39

2.2.3. Resumo geral das Receitas

Conta	ACUMULADO ANO 2022	
Receitas de Contribuições	46.274.336,79	68,17%
Receita de Contribuições (Servidores)	18.189.214,78	26,80%
Receita de Contribuições (Patronal)	28.085.122,01	41,38%
Outras Receitas	11.238.800,66	16,56%
Receita Patrimonial (Investimentos)	11.110.112,22	16,37%
Outras Receitas Correntes	128.688,44	0,19%
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00%
Transferências Recebidas (Plano Financeiro)	10.363.680,47	15,27%
Total Receitas	67.876.817,92	

2.2.4. COMPREV

O Instituto mantém acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS vigente e contratado os serviços junto a Dataprev à nova Compensação Previdenciária. Contudo, não houve efetivação financeira da compensação para o exercício em virtude da ausência de valores a compensar entre regimes; quer por não haver requerimento de créditos a pagar de outros regimes, quer por não implementar requisitos para solicitação de créditos a outros regimes.

2.2.5. Cobrança de Contribuições não Recebidas

Não há até 31/12/2022 valores em atraso a receber referente a contribuições.

2.2.6. Cobrança de Contribuições não Recebidas

Indicação do percentual contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionistas segurados, da parte patronal e da contribuição adicional, na forma de alíquota suplementar ou aportes:

	% Contribuição Segurados	% Contribuição Patronal	% Contribuição Alíquota Suplementar	Aportes Previstos	Aportes Executados
Ativos	14%	16%	-	8.735.025,17	8.735.025,17
Inativos	14%*	-	-	-	-
Pensionistas	14%*	-	-	-	-

* alíquota aplicada sobre o valor excedente ao teto do Regime Geral.

2.3. Utilização dos recursos, despesas

2.3.1. Pagamento de Benefícios Previdenciários

Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês;

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Considerar a Unidade Gestora que realiza o pagamento - CONSOLIDADO ENTE

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Municipal/Estadual ou por RPPS	Quantidade (Final do Exercício)	Valor Anual da Folha de Pagamento por Espécie de Benefício
Aposentadorias civis	421	29.076.840,39
Pensões por morte	101	4.008.261,07
Reserva e Reforma remunerada	-	-
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	-	-
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	-	-
Total	522	33.085.101,46

6

2.3.2. Folha de Pagamento

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - VALORES

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	17.828,66	19.738,87	22.761,37	22.761,37	22.761,37	33.915,81	22.761,37	22.761,37	26.646,72	26.646,72	26.646,72	49.920,28
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	11.385,39	12.434,13	14.349,81	14.212,12	18.781,95	21.016,11	14.212,12	15.797,58	14.147,71	14.212,12	14.212,12	25.298,11
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	32.580,60	46.875,18	58.263,80	64.833,33	60.467,18	93.058,75	68.451,67	59.230,08	59.903,85	59.858,11	59.634,73	110.592,70
Total	61.794,65	79.048,18	95.374,98	101.806,82	102.010,50	147.990,67	105.425,16	97.789,03	100.698,28	100.716,95	100.493,57	185.811,09

Exercício: 2022

2.3.3. Outras Despesas

Conta	Acumulado 2022	
	R\$	%
Despesas Correntes (Administração)	1.824.548,18	5,17%
<i>Folha Pagamento</i>	1.440.237,87	4,08%
<i>Despesas Administrativas</i>	384.310,31	1,09%
Despesas Correntes (Benefícios)	33.450.835,71	94,83%
TOTAL DAS DESPESAS	35.275.383,89	

2.3.4. Taxa de Administração

Informação do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior, explicitando o percentual definido em lei para a taxa de administração, se for o caso, e o montante das despesas realizadas no exercício destinado à referida taxa.

É definido por lei que a taxa de administração corresponderá a 2% (dois por cento) do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao RPPS no exercício financeiro anterior, respeitado o disposto no art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme artigo nº 26 da Lei Complementar nº 174/2011 redação dada pela Lei Complementar nº 351/2021.

		Valores do ano imediatamente anterior ao da prestação de contas (2021)
I	Remunerações	105.843.657,21
II	Proventos	-
III	Pensões	-
IV= (I+II+III)	Total.....	105.843.657,21
V	Despesas Administrativas em 2022	1.738.988,39
VI	(-) Utilização da Reserva do RPPS	0,00
VII = (V-VI)	Total das Despesas em 2022	1.738.988,39
VIII= (VII/IV)	% de Aplicação no exercício	1,64%

7

2.4. Gestão Orçamentária e Financeira

Programas de governos:

a) Planejamento e Execução dos programas de Governo:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Função, subfunção, Programa/ação	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
2312	0009.0272.0205.2312	-	2.368.500,00	-	2.231.028,10	-	-	137.471,90	5,8
2314	0009.0272.0205.2314	-	90.000,00	-	0,00	-	-	90.000,00	100
2315	0009.0272.0205.2315	-	33.633.934,70	-	33.085.101,46	-	-	548.833,24	1,6
2316	0009.0272.0205.2316	-	52.851.291,92	-	0,00	-	-	52.851.291,92	100
2317	0009.0272.0205.2317	-	93.445,50	-	0,00	-	-	93.445,50	100

Observações:

1 – Quanto a ação 2314 – Compensação Previdenciária, não houve execução para o exercício em virtude da ausência de valores a compensar entre regimes; quer por não haver requerimento de créditos a pagar de outros regimes, quer por não implementar requisitos para solicitação de créditos a outros regimes. Ainda que este órgão mantém acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS vigente, tramita o contratando os serviços junto a Dataprev à nova Compensação Previdenciária.

2 – Ações 2316 e 2317 – correspondem as Reservas Administrativa e do RPPS, não há execução devido ao Instituto estar em situação financeira superavitária, não necessitando a utilização do previsto como reservas. Neste sentido ressaltamos que o superavit apresentado encontra-se aplicados em fundos de investimentos, reservados em forma de reservas matemáticas e em moeda corrente.

b) Contingenciamento de despesas no exercício

Não há.

c) Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há.

d) as razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro

Há apenas restos a pagar processados nesta condição de prazo superior a um exercício financeiro em 31/12/2022, foram necessários uma vez que são referentes ao valor dos benefícios proporcionais no mês do óbito do beneficiário, pela impossibilidade do pagamento ao segurado, assim como não houveram dependentes sucessores do benefício (pensionista), ou outro herdeiro que reclamasse o valor, estes restaram inscritos até o pagamento, ou devidamente cancelados em virtude de terem atingido o prazo prescricional, sendo estes demonstrados a tabela abaixo:

Ano Resto	Número	Credor	Vínculo de Recurso	Valor
2018	152	ADALBERTO PAULO MORITZ	01000000	2.219,58
2018	153	ADALBERTO PAULO MORITZ	01000000	1.304,59
2018	154	PEDRO NASCIMENTO	01000000	182,57
2018	155	PEDRO NASCIMENTO	01000000	380,64

8

2.5. Área Financeira e Investimentos

2.5.1. Ativos em Carteira

Apresentamos a carteira de ativos e reservas financeiras do IBPREV na posição 31/12/2022:

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
BANRISUL AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	D+0	Não há	27.306,34	0,01%	1.460	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA P...	D+3	Não há	22.397.605,05	9,73%	706	0,33%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENC...	D+0	16/05/2023	4.601.937,56	2,00%	356	0,12%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	41.753.832,69	18,14%	810	0,79%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RE...	D+0	Não há	25.681.277,14	11,16%	963	0,37%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	19.044.691,61	8,27%	939	0,24%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	8.509.132,52	3,70%	248	0,80%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	D+0	Não há	3.453.044,27	1,50%	739	0,10%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	26.415.378,46	11,48%	1.180	0,40%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	10.498.204,03	4,56%	202	0,63%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP	D+0	Não há	95.225,32	0,04%	1.049	0,03%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	8.253.011,18	3,59%	895	0,21%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	1.169.666,97	0,51%	213	0,18%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	16.455.803,03	7,15%	1.000	0,12%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA F...	D+1	Não há	515.847,90	0,22%	233	0,02%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIX...	D+1	Não há	532.485,03	0,23%	197	0,02%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	D+30	Não há	447.000,00	0,19%	3.851	0,03%	Artigo 8º, Inciso I
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES	D+33	Não há	4.273.798,86	1,86%	1.739	0,43%	Artigo 8º, Inciso I
BB FI AÇÕES	D+4	Não há	752.635,77	0,33%	22.001	0,24%	Artigo 8º, Inciso I
BB INFRAESTRUTURA FIC AÇÕES	D+4	Não há	202.412,09	0,09%	4.910	0,25%	Artigo 8º, Inciso I
BB SETOR FINANCEIRO FIC AÇÕES	D+4	Não há	218.960,35	0,10%	5.322	0,13%	Artigo 8º, Inciso I
BB SMALL CAPS FIC AÇÕES	D+4	Não há	161.000,71	0,07%	11.935	0,05%	Artigo 8º, Inciso I
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	D+4 ou ...	Não há	210.962,88	0,09%	3.160	0,02%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES	D+25	Não há	5.088.242,63	2,21%	1.302	0,80%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	D+4	Não há	2.861.465,12	1,24%	88	0,43%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	Não há	144.816,26	0,06%	2.698	0,06%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕ...	D+33	Não há	212.996,04	0,09%	165	0,02%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	D+4	Não há	185.804,16	0,08%	2.914	0,09%	Artigo 8º, Inciso I
EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	D+6 ou ...	Não há	150.264,06	0,07%	44	0,14%	Artigo 8º, Inciso I
META VALOR FI AÇÕES	D+4	Não há	454.712,15	0,20%	168	0,19%	Artigo 8º, Inciso I
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	D+4	Não há	110.140,21	0,05%	4.054	0,09%	Artigo 8º, Inciso I
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF INVESTIMENTO NO EXTERIOR F...	D+6 du	Não há	1.415.777,01	0,62%	22	1,25%	Artigo 9º, Inciso II
BB AÇÕES ESG IS FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4	Não há	7.156.690,86	3,11%	158	0,56%	Artigo 9º, Inciso III
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+3	Não há	160.376,57	0,07%	19.329	0,04%	Artigo 9º, Inciso III
BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	D+4	Não há	754.632,94	0,33%	186	0,24%	Artigo 10º, Inciso I
BV ATUARIAL FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	D+361	Não há	268.203,57	0,12%	8	0,22%	Artigo 10º, Inciso I
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	D+1	Não há	13.189.161,44	5,73%	8.904	0,77%	Artigo 10º, Inciso I
ITAÚ INSTITUCIONAL JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCA...	D+1	Não há	449.422,09	0,20%	32	0,81%	Artigo 10º, Inciso I
SAFRA S&P REAIS PB FIC MULTIMERCADO	D+2	Não há	1.499.778,14	0,65%	105	0,23%	Artigo 10º, Inciso I
BANRISUL NOVAS FRONTEIRAS FII - BNFS11	Não se ...	Não se aplica	226.397,16	0,10%		0,26%	Artigo 11º
BNP PARIBAS STRATÉGIE SUSTENTÁVEL IS FI AÇÕES	D+3 du	Não há	183.977,77	0,08%	7	1,15%	Desenquadrado - RV
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	D+0		6.857.080,45	2,98%		0,00%	DF - Artigo 6º
Total para cálculo dos limites da Resolução			230.184.077,94				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			6.857.080,45				Artigo 6º
PL Total			237.041.158,39				

2.5.2. Política de Investimentos

O IBPREV considera os limites apresentados no resultado do estudo técnico elaborado através das reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira de investimentos. Foram observados, também, a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do Regime Próprio.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados na Política de Investimentos foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo IBPREV com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

2.5.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras seguiram durante ao exercício 2022 as diretrizes propostas a Política de Investimentos, e aderente aos limites por esta delimitados:

Enquadramento e Política de Investimento (RENDA FIXA) - base (Dezembro / 2022)

Artigos - Renda Fixa	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2022			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	23.018.407,79
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '	100,00%	162.382.409,67	70,54%	25,00%	30,00%	100,00%	67.801.668,27
Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '	60,00%	27.022.039,43	11,74%	10,00%	27,50%	60,00%	111.088.407,33
Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' a '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,50%	5,00%	11.509.203,90
Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,50%	5,00%	11.509.203,90
Total Renda Fixa	100,00%	189.404.449,10	82,28%	35,00%	72,50%	180,00%	

Enquadramento e Política de Investimento (RENDA VARIÁVEL E EXTERIOR) - base (Dezembro / 2022)

Artigos - Renda Variável / Estruturado / Imobiliário	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2022			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	15.475.211,29	6,72%	5,00%	10,00%	30,00%	53.580.012,09
Artigo 10º, Inciso I	10,00%	16.161.198,18	7,02%	5,00%	10,00%	10,00%	6.857.209,61
Artigo 11º	5,00%	226.397,16	0,10%	0,10%	2,50%	5,00%	11.282.806,74
Desenquadrado - RV	0,00%	183.977,77	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%	-183.977,77
Total Renda Variável / Estruturado / Imobiliário	30,00%	32.046.784,40	13,92%	10,10%	22,50%	45,00%	

Artigos - Exterior	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2022			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	1.415.777,01	0,62%	0,50%	1,00%	5,00%	10.093.426,89
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	7.317.067,43	3,18%	3,00%	4,00%	5,00%	4.192.136,47
Total Exterior	10,00%	8.732.844,44	3,79%	3,50%	5,00%	10,00%	

2.5.4 Fluxo de Entradas e Saídas de Recursos

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2022

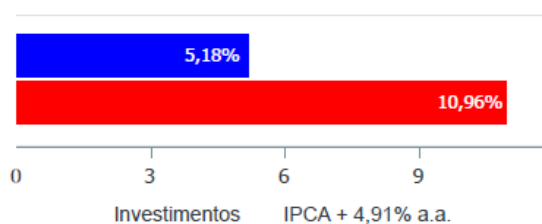
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	203.869.782,68	86.009,55	0,00	203.070.551,88	-885.240,35	-885.240,35	-0,43%	-0,43%	0,94%	0,94%	-46,06%	2,73%
Fevereiro	203.070.551,88	2.657.142,83	0,00	205.963.810,07	236.115,36	-649.124,99	0,11%	-0,32%	1,38%	2,33%	-13,72%	2,65%
Março	205.963.810,07	1.742.058,01	86.565,27	211.389.014,59	3.769.711,78	3.120.586,79	1,82%	1,49%	2,05%	4,42%	33,68%	3,13%
Abril	211.389.014,59	1.508.934,45	31.000,00	210.872.024,17	-1.994.924,87	1.125.661,92	-0,94%	0,54%	1,43%	5,91%	9,11%	2,76%
Mai	210.872.024,17	690.068,84	0,00	213.333.027,89	1.770.934,88	2.896.596,80	0,84%	1,38%	0,89%	6,86%	20,13%	3,09%
Junho	213.333.027,89	2.404.469,39	890.700,00	212.375.156,71	-2.471.640,57	424.956,23	-1,15%	0,21%	1,07%	8,00%	2,68%	2,98%
Julho	212.375.156,71	1.516.849,26	77.100,00	217.162.885,43	3.347.979,46	3.772.935,69	1,57%	1,78%	-0,28%	7,70%	23,16%	2,50%
Agosto	217.162.885,43	1.812.071,80	16.500,00	221.147.535,14	2.189.077,91	5.962.013,60	1,00%	2,80%	0,08%	7,78%	35,99%	2,71%
Setembro	221.147.535,14	6.135.980,43	4.898.084,39	222.424.603,55	39.172,37	6.001.185,97	0,02%	2,82%	0,11%	7,90%	35,69%	2,78%
Outubro	222.424.603,55	4.215.910,04	2.557.636,96	228.737.824,44	4.654.947,81	10.656.133,78	2,08%	4,96%	0,97%	8,95%	55,36%	3,03%
Novembro	228.737.824,44	1.241.870,66	147.547,56	230.131.362,00	299.214,46	10.955.348,24	0,13%	5,09%	0,79%	9,81%	51,88%	4,15%
Dezembro	230.131.362,00	10.411.376,81	10.548.113,60	230.184.077,94	189.452,73	11.144.800,97	0,08%	5,18%	1,04%	10,96%	47,26%	2,38%

2.5.5 Rentabilidade

Foi auferida uma rentabilidade acumulada em 2022 na ordem de R\$11.144.800,97 correspondente a 5,18% da carteira, aquém da meta atuarial para o período de 10,96%, contudo a rentabilidade equivale ao indicador de inflação oficial para o período, mantendo o capital corrigido.

Principal ponto ao não atingimento da meta, justifica-se pelo cenário econômico ainda afetado pela pandemia, que apresentou recessão ou retração da economia e o avanço considerável da inflação global.

Investimentos x Meta de Rentabilidade



2.6 Transferências de Recursos

Não foram realizadas transferências a outras entidades. Quanto as transferências recebidas, dizem respeito a transferência de recursos necessárias para a cobertura dos benefícios de responsabilidade do Tesouro Municipal, concedidos anteriormente a criação do IBPREV. Ainda uma parcela destes recursos, foram para cobrir o reembolso do auxílio medicamentos a todos os segurados em benefícios.

A seguir apresentamos a tabela com as transferências recebidas no exercício:

Data	Descrição	Valor
27/01/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	740.161,56
23/02/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	741.595,56
29/03/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	840.779,91
25/04/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	842.641,68
27/05/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	841.540,66
08/06/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	409.725,83
28/06/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	845.610,86
27/07/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	842.536,48
29/08/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	835.694,56
28/09/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	833.030,42
27/10/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	839.458,08
25/11/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	841.921,04
07/12/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	75.902,61
21/12/22	Transferências recebidas independente da execução orçamentária - Intra OFSS - Município de Brusque - IBPREV	833.081,22
Total das transferências recebidas		10.363.680,47

2.7 Licitações e Contratos

Quadro resumo anual contendo valor das contratações por modalidade de licitação, dispensa ou inexigibilidade, em valores nominais e relativos:

CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE - UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item V, alínea "a")

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício: 2022
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A + B + C)
Concorrência	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Pregão Presencial	-	1.618,17	86.984,11	88.602,28
Pregão Eletrônico	-	4.399,39	7.176,43	11.575,82
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	-	647,20	20.000,43	20.647,63
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	-	-	95.315,57	95.315,57
Inexigibilidade de Licitação	-	-	6.228,43	6.228,43
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	-	-	-	-
Total	-	6.664,76	215.704,97	222.369,73

2.8 Área Previdenciária

Na área previdenciária, em 2022 foram aposentados 38 servidores e concedidos 12 benefícios de pensão por morte a dependentes. Após a implementação do Regime de Previdência Complementar – RPC e Reforma da Previdência Local, o desafio neste ano foi adequar os processos aos novos requisitos de concessão de benefícios e nos atendimentos aos segurados quanto a estas novas regras.

2.9 Área Jurídica

Na área jurídica, os trabalhos se concentram em emissão de pareceres, orientações internas e representação nas ações judiciais.

Acompanhou ainda, os cumprimentos de sentenças judiciais e acordos trabalhistas do Município de Brusque, Sindicato e servidores efetivos municipais.

2.10 Avaliação Atuarial

2.10.1 Custos e Plano de Custeio

Para honrar com os compromissos assumidos, devem ser vertidos recursos financeiros suficientes ao regime para que o mesmo possa realizar os pagamentos devidos. Estes valores baseiam-se no custo dos benefícios e são representados através de um percentual que incidirá sobre a base de contribuição para apurar o quanto cada segurado e a parte patronal deverão contribuir.

2.10.1.1 Valores das Remunerações e Proventos Atuais

Inicialmente, são calculados os valores das remunerações e proventos para definir a base de contribuição onde incidirão os percentuais contributivos.

Tabela 19 - Base de Contribuição Mensal e Anual

Categories	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	Valores Anuais
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	11.046.400,62	143.603.208,06
Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que superam o Limite Máximo do RGPS	373.591,78	4.856.693,14
Total das Parcelas das Pensões Por Morte que superam o Limite Máximo do RGPS	16.737,33	217.585,29
TOTAL	11.436.729,73	148.677.486,49

Apurou-se que a base de contribuição mensal é de R\$ 11.436.729,73.

2.10.1.2 Custeio Normal Vigente em Lei

Atualmente, regulamentado pela Lei nº 313/2020, o custeio é dado através da seguinte tabela:

Tabela 20 - Base de Cálculo, Alíquota e Contribuição esperada pelo custeio vigente

Categorias	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota Vigente	Valor da Contribuição esperada com Alíquotas Vigentes
Ente Federativo	143.603.208,06	14,00%	20.104.449,13
Taxa de Administração	143.603.208,06	2,00%	2.872.064,16
Ente Federativo - Total	143.603.208,06	16,00%	22.976.513,29
Segurados Ativos	143.603.208,06	14,00%	20.104.449,13
Aposentados	4.856.693,14	14,00%	679.937,04
Pensionistas	217.585,29	14,00%	30.461,94
TOTAL	-	30,00%	43.791.361,40

Observa-se que a contribuição total é de R\$ 43.791.361,40, o que representa uma alíquota total de 30,00%.

2.10.1.3 Custeio Normal Calculado por Benefício

O custeio normal recomendado que institui o equilíbrio atuarial, discriminado por benefício, se comporta da seguinte maneira:

Tabela 21 - Regime Financeiro, Custo Anual Previsto e Alíquota Normal Calculada discriminada por Benefício

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	ALÍQUOTA NORMAL	CUSTO ANUAL PREVISTO (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	CAP	16,10%	23.526.739,93
Aposentadoria Especial	CAP	6,90%	10.087.676,72
Aposentadoria por Invalidez	RCC	2,70%	3.947.615,85
Pensão por Morte de Ativo	RCC	2,14%	3.134.310,20
Pensão por Morte de Aposentado Válido	CAP	0,15%	218.798,94
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	CAP	0,00%	4.155,59
Alíquota Administrativa	-	2,00%	2.872.064,16
TOTAL		30,00%	43.791.361,40

Observa-se que a contribuição de equilíbrio total é de R\$ 43.791.361,40, o que representa uma alíquota total de 30,00%, sem provocar mudanças na lei municipal.

2.10.1.4 Custeio Normal Calculado por Regime Financeiro

Na tabela seguinte, a separação do custeio por regime financeiro:

Tabela 22 - Custo Anual e Alíquota Normal discriminada por Regime Financeiro

REGIME FINANCEIRO	%	R\$
Capitalização	23,15%	33.837.371,19
Repartição de Capitais de Cobertura	4,85%	7.081.926,05
Custeio Administrativo	2,00%	2.872.064,16
TOTAL	30,00%	43.791.361,40

2.10.1.5 Alíquota Uniforme

Adoção da alíquota uniforme, o percentual de contribuição mínimo dos servidores, aposentados e pensionistas é 14% (quatorze por cento). E, para respeitar o limite previsto no artigo 2º da Lei nº 9717/1998, a alíquota de contribuição patronal deve ser, no mínimo, igual à do servidor excluindo-se a taxa de administração. Se o plano uniforme for adotado, as alíquotas normais da tabela abaixo deverão ser implementadas:

Tabela 23 - Base de Cálculo, Alíquota e Contribuição esperadas pela Situação definida na Avaliação

CATEGORIAS	ALÍQUOTA DEFINIDA NA AVALIAÇÃO (%)	R\$ CONTRIBUIÇÃO ESPERADA
Ente Federativo	14,00%	20.104.449,13
Taxa de Administração	2,00%	2.872.064,16
Ente Federativo - Total	16,00%	22.976.513,29
Segurados Ativos	14,00%	20.104.449,13
Aposentados	14,00%	679.937,04
Pensionistas	14,00%	30.461,94
TOTAL	30,00%	43.791.361,40

2.10.2 Equacionamento do Déficit Atuarial

Em caso de existência de déficit atuarial, isto é, uma insuficiência dos ativos do plano perante os compromissos assumidos pelo mesmo, deve ser estabelecido um plano para equacionar este valor. Esta seção aborda as principais causas do déficit atuarial e a recomendação para restabelecer o equilíbrio financeiro e atuarial.

2.10.2.1 Principais Causas do Déficit Atuarial

A análise dos motivos geradores do déficit atuarial é um assunto importante e deve ser realizada minuciosamente. Existem diversas causas para o déficit atuarial de naturezas distintas. A critério de definição, estabelece-se o déficit atuarial como sendo a insuficiência dos recursos acumulados do plano frente ao seu passivo no momento da avaliação. Algumas causas que são geradoras de déficit atuarial, de maneira geral:

- I. alíquotas de contribuição definidas em lei abaixo das alíquotas de equilíbrio;
- II. apuração imprecisa dos compromissos do plano e das alíquotas de contribuição;
- III. estimativa incorreta das premissas atuariais e não correção das mesmas;
- IV. práticas administrativas relacionadas a gestão dos recursos do regime, padrões de governança, etc;
- V. não efetivação dos repasses necessários;
- VI. insuficiência contributiva provenientes de exercícios anteriores;

No RPPS de Brusque não pode ser realizada uma afirmação precisa das causas do déficit atuarial, pois a mesma requisitaria uma auditoria completa em todo o seu histórico (aporte de contribuições, alíquotas de contribuição, concessão de benefícios, etc). Contudo, pelo contexto histórico brasileiro, normalmente, a existência de um déficit atuarial está fundamentada na insuficiência contributiva do período anterior a Emenda Constitucional nº 20 que estabeleceu a necessidade do equilíbrio financeiro e atuarial.

2.10.3 Déficit Atuarial Apurado

Tabela 29 – Insuficiência de cobertura por Provisão Matemática

INSUFICIÊNCIA DE COBERTURAS	LEI	UNIFORME
I) PMBC	(R\$12.044.619,56)	(R\$12.044.619,56)
II) PMBaC	(R\$318.664.784,34)	(R\$318.664.784,34)

Tabela 30 – LDA (Limite do Déficit Atuarial)

I) DURATION PASSIVO	(R\$111.095.784,89)
II) SOBREVIDA MÉDIA	(R\$61.898.412,19)

2.10.4 Evolução Quantitativa e Qualitativa dos Custos por Tipo de Benefício

Análise das variações na composição do grupo:

Tabela 36 – Comparativo Estatístico dos Três Últimos Exercícios

	2020	2021	2022
	-	-	-
Ativos	2123	1998	2277
Aposentados	214	265	297
Pensionistas	23	30	41
Média Salarial Ativos	3.448,10	2.985,43	3.910,24
Média Proventos Inativos	5.286,79	5.145,09	5.766,56
Média Pensões	3.150,32	3.247,49	3.217,38
Idade Média Ativos	43,77	44,51	45,45
Idade Média Aposentados	60,95	61,60	62,65
Idade Média Pensionistas	51,74	50,43	48,34
Idade Projetada de Aposentadoria	58,17	62,05	63,31

Baseado nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Tabela 37 – Análise de Variação Informações Demográficas

	2021-2020	2022-2021
Ativos	-5,89%	13,96%
Aposentados	23,83%	12,08%
Pensionistas	30,43%	36,67%
Média Salarial Ativos	-13,42%	30,98%
Média Proventos Inativos	-2,68%	12,08%
Média Pensões	3,08%	-0,93%
Idade Média Ativos	1,69%	2,11%
Idade Média Aposentados	1,05%	1,72%
Idade Média Pensionistas	-2,52%	-4,15%
Idade Projetada de Aposentadoria	6,68%	2,03%

2.10.5 Evolução do Resultado Relativo ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Apresenta a evolução dos compromissos atuariais no período dos três últimos exercícios.

Tabela 34 – Comparativo das Provisões Matemáticas e Resultados Atuariais

	Dez/2020	Dez/2021	Dez/2022
PASSIVOS DO PLANO			
Provisão para benefícios a conceder	535.574.614,82	353.352.755,54	374.524.385,59
Valor atual dos Benefícios Futuros	796.789.176,60	632.582.204,12	797.994.303,56
Valor Atual das Contribuições Futuras	261.214.561,78	279.229.448,58	423.469.917,97
ENTE	130.607.280,89	139.614.724,29	211.734.958,99
SERVIDOR	130.607.280,89	139.614.724,29	211.734.958,99
Provisão para benefícios concedidos	180.085.118,38	229.115.640,36	268.438.785,73
Valor atual dos Benefícios Futuros	186.568.002,42	236.106.764,36	277.163.742,27
Valor atual das contribuições Futuras	6.482.884,04	6.991.124,00	8.724.956,53
ENTE	0,00	0,00	0,00
SERVIDOR	6.482.884,04	6.991.124,00	8.724.956,53
ATIVOS DO PLANO			
Fundos de Investimento	174.821.893,33	204.413.342,26	236.992.704,21
Acordos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Compensação	88.502.146,11	69.495.117,48	75.261.063,21
RESULTADO	-452.335.693,76	-308.559.936,16	-330.709.403,90
Plano de Amortização em Lei	-	505.827.144,91	301.996.720,30

Baseado nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Tabela 35 - Variações das Contas

	2021-2020	2022-2021
Provisão para benefícios a conceder	-34,02%	5,99%
Valor atual dos Benefícios Futuros	-20,61%	26,15%
Valor Atual das Contribuições Futuras	6,90%	51,66%
ENTE	6,90%	51,66%
SERVIDOR	6,90%	51,66%
Provisão para benefícios concedidos	27,23%	17,16%
Valor atual dos Benefícios Futuros	26,55%	17,39%
Valor atual das contribuições Futuras	7,84%	24,80%
ENTE	-	-
SERVIDOR	7,84%	24,80%
ATIVOS DO PLANO		
Fundos de Investimento	4,02%	14,00%
Fundos de Investimento	16,93%	15,94%
Acordos Previdenciários	-	-
Compensação	-21,48%	8,30%
RESULTADO	-31,79%	7,18%
	-	-40,30%
PROVISÕES	-	-114,56%
VASF	-	-

O Decreto nº 9.140 de 24/02/2022, que altera o plano de amortização do déficit atuarial do Município de Brusque previstos na Lei Complementar Municipal nº 174/2011, adequando ao Relatório de Avaliação Atuarial base 31/12/2021, resultando no seguinte cenário:

Tabela Análise do Equilíbrio Atuarial

Provisão para benefícios a conceder	- 374.524.385,59
Provisão para benefícios concedidos	- 268.438.785,73
ATIVOS DO PLANO	312.253.767,42
RESULTADO	-330.709.403,90
Plano de Amortização em Lei	308.559.936,16
Ajuste para reequilíbrio atuarial	-28.712.683,60

2.11 Órgãos Colegiados

2.11.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior, sendo composto por 9 membros.

Reuniram-se ordinariamente uma vez por mês, às últimas quartas-feiras de cada mês, e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros, e deliberará por maioria simples dos presentes.

Entre as principais deliberações estão: aprovação do Relatório de Avaliação Atuarial, da Política de Investimentos 2023, do Orçamento 2023 e da Aprovação das Contas do IBPREV.

2.11.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, órgão consultivo e fiscalizador, será composto por 5 membros titulares e 5 suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de dois anos, permitida a recondução uma vez. Importante salientar que o Conselho Fiscal tem representação da sociedade civil, com a indicação de dois membros indicados um pelo Sindicato dos Contadores de Brusque e outro pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Brusque.

O Conselho Fiscal, reuniu-se ordinariamente uma vez por mês, às penúltimas quintas-feiras de cada mês e extraordinariamente, sempre que for convocado por seu Presidente, pela maioria de seus membros, ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

Tiveram como principais decisões, as análises detalhadas das contas apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao ano de 2022, ainda fiscalização dos demais processos internos do instituto.

2.11.3 Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos, zelar pelo bom direcionamento dos investimentos, diretrizes e objetivos, buscando de forma constante e permanente, que o IBPREV mantenha o nível de excelência e de qualidade no encaminhamento, solução e execução das matérias levadas a seu exame, ou que lhe são pertinentes, buscando assegurar, em suas decisões, opiniões, votos e atos, a sustentabilidade financeira e garantia de perenidade do IBPREV

É composto por 03 membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo 01 vinculado o servidor ocupante da função de Gestor dos Recursos do RPPS Municipal, e 02 servidores efetivos, vinculados a Administração Direta e Indireta desta Administração Municipal.

Reúnem-se ordinariamente em uma reunião mensal, podendo se reunir extraordinariamente, por convocação de quaisquer de seus membros, com no mínimo 02 dias de antecedência e com pauta previamente definida no próprio instrumento convocatório.

As principais decisões vertem em torno das aplicações, resgates e realocações de recursos, além do credenciamento e prospecção de novos investimentos aderentes a Política de Investimentos. Ainda prepararam a Política de Investimentos para o ano de 2023, aprovada pelo Conselho de Administração.

2.12 Controles Internos e Externos

2.12.1 Informações Expedidas pelo órgão de Controle Interno

No exercício 2022 não recebemos recomendações do órgão de controle interno.

2.13 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

O CRP é o documento emitido pelo Ministério da Previdência Social que atesta que o Regime Próprio de Previdência Social do Município está regular. A emissão do CRP está condicionada ao atendimento de inúmeros critérios e a ausência do certificado impede o Município de, entre outros, contratar operações de crédito e receber desembolsos, firmar convênios com a União e receber os respectivos repasses, além de receber compensação previdenciária. O Município de Brusque está regular, sendo possível acessar o Certificado e suas renovações com validade semestral no link transparência do site do IBPREV, ou no site do Ministério da Previdência, obtendo o certificado administrativamente.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Brusque UF: SC
CNPJ Principal: 83.102.343/0001-94

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 03/08/2022
VÁLIDO ATÉ 30/01/2023

N.º 988055 -
211776

3 Atividades Institucionais

3.1 Informações Sobre a Gestão de Pessoas e Terceirização de Mão de Obra

3.1.1 Quadro de pessoal

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, alínea "a")

Vínculo (39)	Exercício: 2022											
	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente (46)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (47)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Total	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

3.1.2 Quadro de Pessoal Terceirizado

Não há pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços

3.1.3 Remuneração da Diretoria Executiva

Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título.

REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item III, alínea "d")

Cargo	Remuneração/ Jeton (62) (63)	Bônus (64)	Participação no Lucro (65)	Exercício: 2022	
				Outros (66)	Despesa Total Anual (67)
Diretoria Executiva:	-	-	-	-	-
Diretor-Presidente	315.150,63	-	-	-	315.150,63
Diretor Geral	143.581,90	-	-	-	143.581,90
Total	458.732,53	-	-	-	458.732,53

Cumpri informar que os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer tipo de remuneração pelo exercício junto ao Conselho, conforme artigo nº 29, § 5º da Lei Complementar nº 174/2011, assim como os membros do Conselho Fiscal também não recebem qualquer tipo de remuneração pelo exercício junto ao Conselho conforme artigo nº 32, § 2º da Lei Complementar nº 174/2011.

3.2 Política Administrativa e Ações

O ano de 2022 implementamos ações constantemente à manutenção dos serviços prestados por este Instituto, buscando a sustentabilidade financeira e atuarial. A seguir apresentamos, as principais políticas e ações desenvolvidas neste ano:

- Mantemos a regularidade da situação previdenciária junto aos órgãos de fiscalização, mantendo o ente habilitado ao recebimento de recursos via convênios e repasses da União e estadual;

- Atualização e manutenção dos processos operacionais do Manual do Pró Gestão e Auditoria Interna, com a re-certificação após aprovação em auditoria externa, válido até 11/2025;

- Nos investimentos, diante ao cenário mundial diretamente afetado pela pandemia Covid-19, o comitê de investimentos, ampliou o monitoramento dos efeitos ao mercado financeiro, decidindo pela cautela e conservadorismo, visando a preservação do capital investido, desta forma conseguimos preservar e minimizar os efeitos na carteira, minimizando perdas e avaliando oportunidades de ganho a longo prazo, com o auxílio do sistema de informação voltado para a gestão eficiente dos investimentos e consultoria para a tomada de decisão de aplicação, resgate e realocações dos recursos investidos;

- Publicação trimestral do informativo institucional, constando de matérias relevantes aos segurados e educação previdenciária;

- Ainda como ações de diálogo com os segurados e a sociedade, realizamos a elaboração de cartilhas, redes sociais e informativos ou programas dirigidos aos segurados que contemplem os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, disponibilizada em meio impresso ou digital e ou no site do RPPS;

- Realização de Audiência Pública apresentando relatório e resultados financeiros do Ibprev em 2021, no plenário da Câmara de Vereadores, apresentando o relatório de Governança, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial;

- Implantação do Programa Anual de Educação Previdenciária – PAEP, com o planejamento e realização de cursos voltados para a Educação Previdenciária do servidor público municipal de Brusque;

- Firmado convênio de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal, à realização da prova de vida e recadastramento dos servidores inativos e pensionistas vinculados ao RPPS do Município de Brusque.

4. Disposições Finais

No item **2.10 Órgãos Colegiados** foram apresentadas as principais deliberações dos órgãos colegiados do IBPREV, sendo que as atas das reuniões estão disponíveis para consulta pública no site do Instituto no endereço: <https://www.ibprev.sc.gov.br>.

O presente relatório foi apresentado para a deliberação do Conselho de Administração em 22/02/2023.

5. Referências

- Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

- Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.3);

- Relatório de Avaliação Atuarial – Consultoria BRPrev;

- Relatório Analítico dos Investimentos em dezembro, 4º trimestre e ano de 2022 – Mosaico Consultoria.

